



» Entrevista | LUCIANA SANTOS | MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Investimento no desenvolvimento de altíssima tecnologia reforça a soberania nacional em um setor estratégico

“Supercomputador põe Brasil entre potências”

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

» LETÍCIA CORRÊA*

O Brasil está desenvolvendo um supercomputador que colocará o país entre os cinco maiores do mundo em computação de alto desempenho. Trata-se de uma máquina que permitirá integrar dados de programas do governo, o que tornará o serviço público mais eficiente e rápido, e terá condições, ainda, de aumentar a eficiência na detecção de desastres climáticos. Foi o que adiantou a ministra Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovações), em conversa com as jornalistas Denise Rothenburg e Sibele Negromonte, na edição de ontem do CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Ao supercomputador, soma-se a elaboração de uma linguagem totalmente nacional de inteligência artificial (IA), que possibilitará à ciência brasileira dar um salto e aumentar ainda mais a soberania ante potências tecnológicas. Luciana ainda será uma das convidadas do CB.Debate — Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos, em 27 de janeiro. Leia os principais trechos da entrevista.



A inteligência artificial é usada para o bem e para o mal. O que pode trazer de bom para as pessoas?

É uma tecnologia disruptiva, tem a capacidade de concentrar e processar dados. É possível ter soluções importantes, como na medicina de precisão, ajudando a resolver doenças. Quando juntamos diagnósticos de ressonância magnética, exames laboratoriais e outros exames cotidianos, o cruzamento desses dados permite maior precisão, inclusive com antecedência no diagnóstico. A IA pode ser usada na educação, para entender melhor a evasão escolar, saber o que está acontecendo naquela família. Ou seja: é possível ter mais foco e eficiência nos resultados. Na política, porém, há um problema. Tendo a achar que a melhor solução não permitir o uso dessas ferramentas em eleições.

Ainda sobre IA. O Brasil Lançou uma em língua portuguesa, que garante certa soberania ao país. Qual a importância disso?

Lançamos o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, em 2024. Elaboramos um plano ousado, baseado na capacidade instalada do Brasil, tanto em infraestrutura quanto em desenvolvimento de soluções. O plano tem cinco eixos: infraestrutura de inteligência artificial; IA para o serviço público; IA para a indústria; formação e capacitação; e governança da IA. Na infraestrutura, estamos lançando este ano um edital para um supercomputador, que colocará o Brasil entre as potências, entre os cinco maiores do mundo em computação de alto desempenho. A coordenação é do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). O Santos Dumont é focado em pesquisa e terá usos

múltiplos. Permitirá integrar dados do Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, matrículas escolares, processos da Justiça, tornando o serviço público mais eficiente e rápido. Também será usado pela indústria e exigirá forte investimento em formação de engenheiros de hardware e desenvolvedores de software. Dentro do plano, temos também o desenvolvimento de um LLM — um modelo de linguagem

de grande porte — com identidade brasileira, sem vieses externos. Tudo isso faz parte de um projeto de soberania tecnológica.

Esse supercomputador pode ajudar no monitoramento de desastres climáticos?

Temos, hoje, uma infraestrutura importante no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Inauguramos um novo

computador, o Jaci, que já contribui para isso. Com o apoio do Cemaden, conseguimos antecipar eventos extremos com até 72 horas de antecedência, graças a soluções de inteligência artificial desenvolvidas por brasileiros. Além disso, teremos satélites, inclusive um geoestacionário desenvolvido em parceria com a China, que permitirá uma melhor imagem. Tudo isso é processado por supercomputadores e modelos matemáticos desenvolvidos por nossos técnicos. Esse esforço conjunto que permite prever geadas, marés, chuvas intensas e outros eventos meteorológicos que vemos no noticiário.

Qual o peso para a indústria da IA e desse supercomputador? O que vem aí para ajudar a chamada Nova Indústria Brasil?

Nosso ministério está totalmente integrado à Nova Indústria

Brasil, que envolve investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). O conceito aponta para uma nova industrialização, com bases tecnológicas e sustentáveis. Há missões na área de infraestrutura e mobilidade, na transição energética, na transformação digital, que inclui a inteligência artificial, desde o letramento até todo o ciclo da transformação digital, e também no complexo industrial da saúde. Esse é, hoje, o segundo maior deficit da balança comercial brasileira: cerca de US\$ 20 bilhões em dependência de produtos importados. Por isso, temos metas claras a atingir. Em 7 de fevereiro, vamos anunciar, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), três editais voltados para essas seis missões para impulsionar uma agenda de reindustrialização.

E a repatriação de pesquisadores?

São 2,5 mil brasileiros que estavam fora do país e que conseguimos trazer de volta. Serão cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos ao longo de cinco anos para trazer de volta a inteligência brasileira.

Fale sobre as mulheres na ciência.

São maioria na iniciação científica júnior — cerca de 64%. Mas no topo da carreira científica, esse número cai para 35,5%. Isso reflete questões ligadas à condição feminina, como gravidez e responsabilidades de cuidado. Criamos programas específicos para estimular a presença feminina, principalmente nas áreas de ciência da computação, engenharia e ciências exatas.

Na semana que vem, o Correio promoverá um debate sobre violência contra a mulher. A ciência pode ajudar no enfrentamento ao feminicídio?

A tecnologia tem papel decisivo na proteção e na prevenção. A prevenção é mais difícil, porque envolve aspectos culturais profundos da cultura machista. Mas, do ponto de vista da rede de proteção, é fundamental que as mulheres acreditem nela.

» Anvisa proíbe caneta “pirata” para emagrecer

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária determinou, ontem, a proibição total da comercialização, distribuição, fabricação, importação, divulgação e uso de medicamentos à base de tirzepatida das marcas Synedica e TG, além de produtos com retratada de todas as marcas e lotes. A medida alcança substâncias conhecidas popularmente como “canetas emagrecedoras do Paraguai”. Segundo a Anvisa, os itens são fabricados por empresas não identificadas e vendidos, principalmente, por meio de perfis em redes sociais, sem qualquer tipo de registro, notificação ou cadastro sanitário. A agência afirmou que, por serem irregulares e de procedência desconhecida, “não há garantia sobre o conteúdo, a qualidade ou as condições de fabricação”, razão pela qual os produtos “não podem ser utilizados em nenhuma hipótese”.

MEDICINA

CFM e AMB querem barrar formando com nota baixa

» CAETANO YAMAMOTO*

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB) querem impedir 13 mil alunos de medicina que não atingiram nota superior a dois, no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2025, de atuar profissionalmente. Eles ficaram abaixo do mínimo aceitável, de acordo com a metodologia adotada pelo Ministério da Educação (MEC).

O exame, que mede o desempenho dos estudantes e a qualidade dos cursos de medicina, mostrou que três em cada 10 estudantes do último semestre da graduação foram considerados com formação acadêmica insuficiente. Para a AMB, esses números indicam a necessidade de um exame de proficiência como pré-requisito para o exercício da profissão.

Ao todo, 351 cursos de medicina

foram avaliados. Desses, 99 obtiveram conceitos um ou dois, resultado considerado insatisfatório pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao MEC — em contrapartida, 67,1% dos cursos avaliados têm conceitos entre três e cinco. Entre os 39.258 estudantes avaliados, apenas 67% demonstraram proficiência adequada, enquanto cerca de 13 mil alunos não atingiram o nível esperado para o exercício seguro da medicina.

“Quando mais de um terço dos egressos de medicina obtém desempenho considerado insuficiente pelo próprio MEC, estamos diante de um problema estrutural gravíssimo. São mais de 13 mil graduados em medicina que receberão diploma e registro para atender à população sem terem competências mínimas para exercer a medicina. Isso

é assustador”, alerta o presidente do CFM, José Hiran Gallo.

Para Simone Henrique, especialista em direito médico e da saúde pela Legale Educacional e doutora em direitos humanos pela Universidade de São Paulo (USP), o CFM e a AMB não têm competência legal para impedir que esses 13 mil reprovados exerçam a carreira. O advogado Max Kolbe reforça a observação.

“O Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94) dispõe expressamente que a inscrição como advogado depende da aprovação no Exame de Ordem. Trata-se de requisito legal claro, validado pelo STF como constitucional. A Lei 3.268/57, que organiza os conselhos de medicina, não prevê qualquer exame eliminatório como condição para o exercício da profissão”, adverte.

***Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Gallo, do CFM: profissional mal-formado é um risco para a população